



Corredor ferroviário às margens da Rodovia D. Pedro I, nas imediações do polo tecnológico Ciatec 1: com área mais robusta, financiamentos passam a ser possíveis

Prefeitura negocia área para polo tecnológico

Plano é assumir o controle de trechos ferroviários para ampliar incentivos

A Administração municipal está negociando com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a cessão das antigas áreas ferroviárias para o Mu-

nicipio, situadas às margens da Rodovia D. Pedro I, onde está o polo tecnológico Ciatec 1. A maior parte dos 750 mil metros quadrados do polo per-

tence à União. A obtenção da área é necessária para que os dois parques tecnológicos sob gestão do município possam ingressar no Sistema Pau-

lista de Parques Tecnológicos (SP-Tec) — e poderem assim obter financiamentos, incentivos fiscais e recursos estaduais para crescer. **PÁGINA A5**

CIATECS III EXPANSÃO

Prefeitura busca cessão de áreas

Objetivo é permitir ampliação dos parques tecnológicos, que com isso receberiam mais recursos

Maria Teresa Costa
DA AGÊNCIA ANHANGUERA
teresa@rac.com.br

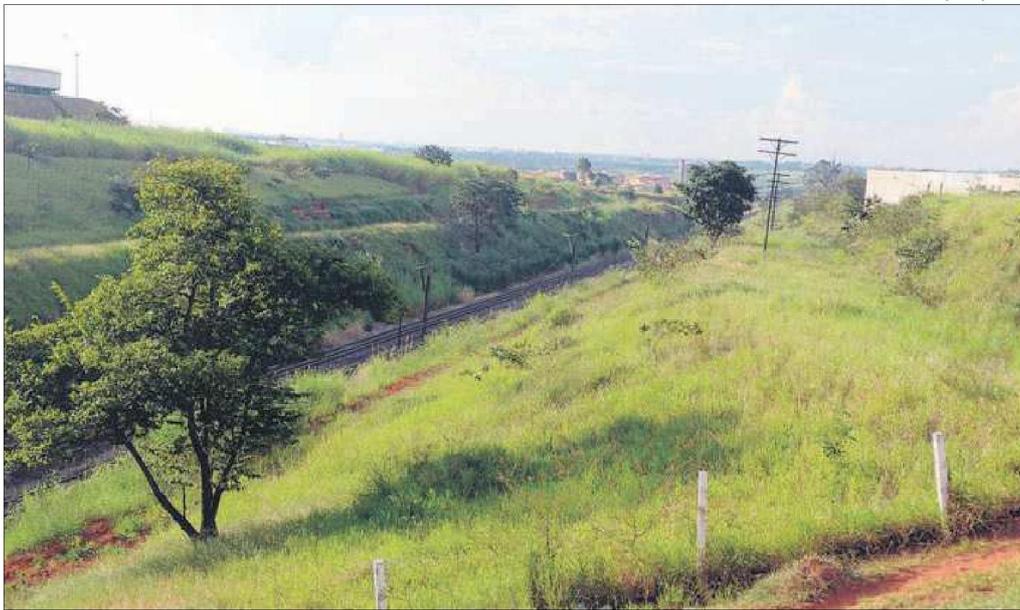
A Administração municipal está negociando com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a cessão das antigas áreas ferroviárias para o Município, situadas às margens da Rodovia D. Pedro I, onde está o polo tecnológico Ciatec 1.

Maior parte dos 750 mil metros quadrados pertence à União

A maior parte dos 750 mil metros quadrados do polo pertence à União. A obtenção da área é necessária para que os dois parques tecnológicos sob gestão do município possam ingressar no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SP-Tec) - e poderem assim obter financiamentos, incentivos fiscais e recursos estaduais para crescer.

O credenciamento no SP-Tec é essencial para garantir condições de atração de investimentos e gerar novas empresas intensivas em conhecimento ou de base tecnológica. Os dois polos de alta tecnologia de Campinas com gestão municipal, os Ciatecs 1 e 2, ainda não conseguiram se enquadrar nas regras exigidas pelo Estado para integrar o sistema.

O SPTec exige que o parque seja proprietário de uma área mínima de 200 mil metros quadrados, e embora a Companhia de Desenvolvimento do Polo



Parte do terreno do Ciatec 1: se Prefeitura conseguir a cessão, polos de tecnologia poderão ingressar em programa de incentivos do governo paulista

de Alta Tecnologia de Campinas (Ciatec) tenha sob sua gestão 8,5 milhões de metros quadrados, ela não tem área própria.

“Se conseguirmos a área, teremos condições de receber incentivos e alavancar a atração de empresas de base tecnológica”, disse o vice-prefeito Henrique Magalhães Teixeira, que esteve ontem no escritório de São Paulo da Secretaria de Patrimônio da União para tentar

deslançar a cessão da área, que a Prefeitura tenta conseguir há mais de 30 anos.

Existe um problema jurídico sobre essas terras - a Prefeitura disputa a posse da área desde o período em que os terrenos pertenciam à Ferrovia Paulista S.A (Fepasa).

O Ciatec 1 tem apenas 30% da área ocupada, e enquanto não houver uma solução para as terras ferroviárias, a implantação de empresas está com-

prometida.

Conseguindo as áreas, a Prefeitura resolve dois problemas: garante oferta de terras para a instalação de novas empresas e pode credenciar os parques municipais para receber incentivos estaduais.

Com o credenciamento definitivo, os parques e as empresas instaladas passam a poder utilizar créditos acumulados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) ou

usar o imposto para pagamento de bens e mercadorias a serem utilizados em investimentos ou no pagamento de ICMS relativo à importação de bens e também a ter acesso aos incentivos do programa estadual Pró-Parques.

Campinas tem quatro parques credenciados: os parques tecnológicos da **Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)**, do Centro de Tecnologia da Informação Renato Ar-

cher (CTI-TEC), da Fundação CPqD (Polis) e o Techno Park.

Magalhães Teixeira disse ontem que a negociação da área às margens da Rodovia D. Pedro I, segue a mesma discussão que foi estabelecida com a SPU e que culminou, no mês passado, com a cessão de guarda provisória de 1,21 milhão de metros quadrados de antigos leitos ferroviários desativados que cortam a cidade e suas respectivas faixas de domínio.

As áreas sob guarda serão destinadas à implantação do primeiro trecho do Corredor Campo Grande do BRT e na construção de 3,3 mil unidades habitacionais de interesse social para famílias de baixa renda.

Também foi doado ao Município um prédio de cinco andares na Avenida Francisco Glicério, para a instalação da Policlínica II.

Além disso, áreas que somam 946 mil metros quadrados nas regiões do Castelo, Cambuí e entre a Avenida Amoreiras e a Rodovia Santos Dumont abrigarão um projeto de construção de 3,3 mil unidades habitacionais de interesse social para famílias de baixa renda, que será desenvolvido pela Cohab-Campinas.

São 21 áreas que integram o entroncamento do período áureo ferroviário da cidade, remanescentes das ferrovias Mogiana, Paulista, Sorocabana, Ituana, Funilense. Desde 2000, a Prefeitura tentava conseguir a doação dessas áreas.